



POR UMA ESCOLA SEM MORDAÇAS!!

Nós do SEPE Macaé preparamos esse material sucinto para fornecer algumas informações básicas à comunidade escolar que tem visto nos últimos anos um ataque ao trabalho docente. Aqui mencionamos rapidamente direitos que resguardam professores e a relevância de temas que muitos pretendem censurar. É fundamental que a comunidade escolar saiba do amparo e estímulo constitucionais de suas práticas pedagógicas. Professores com a consciência dos seus direitos e do potencial positivo de sua profissão terão mais segurança para não realizar autocensura, resistir a eventuais agressões e fazer da escola um espaço mais democrático e fraterno. As colocações abaixo estão embasadas em estudos pedagógicos e jurídicos. Caso seja do interesse escolar, podemos providenciar materiais de apoio, visitar a escola para esclarecimentos, organizar palestras com estudiosos especializados, etc.. E com certeza estaremos presentes e de mãos dadas quando houver ameaças à escola.

- 1) Há uma grande onda de fake news sobre professores pelo Brasil. Mentiras grotescas são inventadas para dizer que professores manipulam e doutrinam crianças e jovens. Para o atual governo federal, grande parte dos professores são vilões que precisam ser controlados para que não levem a juventude para um mal caminho. Diante disso, é muito importante que cada escola tenha um contato próximo com a comunidade em que está inserida. Famílias e profissionais da educação devem se conhecer, se ouvir, trocar ideias, aprender uns com os outros. Essa proximidade e o contínuo diálogo são fundamentais para mitigar diferenças e construir um ambiente democrático na instituição.
- 2) Trabalhos pedagógicos envolvendo a temática de gênero, sexualidade, raça, desigualdade social e direitos humanos são não apenas amparados, mas também estimulados por várias leis, diretrizes e normas nacionais e internacionais das quais o Brasil é signatário. Liminares do STF tem ido no sentido de garantir a liberdade de aprender e ensinar. A Constituição brasileira também concede ao docente a liberdade de ensinar e divulgar o saber, a arte e a cultura.
- 3) Apesar de haver setores do judiciário que defendem a censura, processos contra docentes pouco prosperam judicialmente. Deputados, vereadores, prefeitos, delegados, etc., não tem poder legal para coibir atividade pedagógica com a qual não concordem. Ninguém possui o direito de gravar uma aula sem autorização pois o professor tem o direito autoral sobre a sua aula, e também pode se defender judicialmente em relação a quem propaga ou ameaça propagar esses registros. A divulgação com comentários vexatórios visando o constrangimento do professor constitui crime de difamação. O professor ainda poderia exigir indenização por danos morais. O mais importante, entretanto, não é o recurso a leis e tribunais, mas um diálogo aberto e constante dos docentes com toda a comunidade escolar.
- 4) “Gênero” é um campo de estudos com total respaldo acadêmico nacional e internacionalmente. Pensar o tema é importante para lidar com problemas como: a) a desigualdade salarial entre homens e mulheres; b) a diferença da ocupação entre homens e mulheres em espaços de poder e prestígio; c) a desvalorização de opiniões e trabalhos femininos; d) a incidência de estupros e a cultura do estupro que estimula e protege culpados; e) violência física e psicológica no âmbito doméstico e feminicídio. A maior parte das violências contra a mulher ocorre dentro de casa. É fundamental que a discussão sobre gênero aborde padrões de masculinidade, uma vez que jovens tem sido criados como homens violentos. Esse trabalho pedagógico pode promover a diminuição da violência na escola, da violência doméstica, da violência no trânsito e até mesmo da violência urbana como um todo